

EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DA COVID-19: ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE) ENQUANTO ESTRATÉGIA DE ENSINO

Vanessa Silva Feliciano¹
Maria Anita Vieira Lustosa Kaczan²

RESUMO

O presente artigo se dedica a analisar a temática da Educação do Campo, no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE), que vem sendo adotado como estratégia de mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem e, para favorecer as interações entre professores e alunos, no contexto da pandemia da COVID-19³. Portanto, este escrito apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as principais dificuldades vivenciadas e possibilidades criadas pelos professores nesse período de adequação à nova conjuntura social e educacional. A base teórica tem fundamento nos estudos de Caldart (2004 e 2009), Rodrigues (2017), Bonfim (2017) e Moura (2009). Quanto ao percurso metodológico adotado este se qualifica no que a literatura denomina de pesquisa de campo de viés qualitativo, do tipo explicativa e que se utilizou do instrumento do questionário online para coleta de informações. Assim, com base nas análises identificamos que os muitos desafios enfrentados pelos professores, vão desde o acesso a disponibilização e uso das novas tecnologias e ao retorno dos estudantes sobre a realização das atividades propostas.

Palavras-chave: Educação do Campo, Ensino Remoto Emergencial (ERE), Desafios e Possibilidades.

INTRODUÇÃO

O presente artigo se dedica a analisar a temática da Educação do Campo, no contexto do Ensino Remoto Emergencial (ERE), que vem sendo adotado como estratégia de mediação pedagógica no processo de ensino e aprendizagem além de buscar favorecer as interações entre professores e alunos, no contexto da pandemia da COVID-19. Portanto, este escrito apresenta os resultados de uma pesquisa que investigou as principais dificuldades vivenciadas e

¹ Graduanda em Pedagogia Universidade estadual do Ceará – UECE. E-mail: vanessa.feliciano@aluno.uece.br

² Doutora em educação pela Universidade Federal do Ceará – UFC e professora da área de Política, Planejamento e Gestão Escolar pela Universidade estadual do Ceará – UECE. E-mail: maria.lustosa@uece.br

³ Doença causada pelo Coronavírus (SARS-CoV-2), que apresenta um quadro clínico que varia de infecções assintomáticas a quadros respiratórios graves. (BRASIL, 2020).

possibilidades criadas pelos professores nesse período de adequação à nova conjuntura social e educacional.

Desse modo, realizou-se um estudo de natureza qualitativa. Quanto ao objetivo proposto para o estudo, a pesquisa classifica-se do tipo explicativo. E no que diz respeito aos procedimentos técnicos, a pesquisa combinou estudos bibliográficos e a pesquisa de campo. A pesquisa de campo foi realizada em duas escolas do campo distintas e contou com a participação de três professores. Para a coleta de informações foi utilizado na construção desse estudo a aplicação de questionário online em formato de formulário elaborado no *Google Forms*, aplicado aos docentes, durante o mês de agosto de 2021, visto que não seria possível o encontro presencial por efeito da necessidade do distanciamento social.

O questionário foi elaborado a partir da plataforma *Google Forms* para a construção do formulário *online* e direcionado aos professores que lecionam em Escolas do Campo, especificamente durante o ensino remoto emergencial no período da pandemia da COVID-19. Empregamos como base para a seleção dos docentes entrevistados: i. ser professor atuante em Escolas do Campo durante o período de ensino remoto emergencial; ii. Ser graduado em Pedagogia e iii. aceitar fazer parte do estudo. Contactamos inicialmente seis professores que atuam em diferentes Escolas do Campo, porém somente três aceitaram participar da pesquisa e responder o formulário enviado.

Através do formulário online foram enviadas perguntas referentes aos temas centrais da pesquisa, realizadas em dois campos principais, sendo eles: os segmentos que norteiam o trabalho remoto nas Escolas do Campo e as condições dos professores para o exercício do trabalho pedagógico. Utilizamos nomes fictícios: Cactos, Flor de Mandacaru e Ipê, para resguardar a identidade dos participantes da entrevista e manter o anonimato da pesquisa. Assim, os docentes participantes da pesquisa que lecionam atualmente em Escolas do Campo e que estiveram funcionando de forma remota no período pandêmico, deixaram contribuições no formulário online, mas também mantivemos um contato via *whatsapp*.

Buscando fundamentar as discussões acerca da Educação do Campo foram utilizados aportes teóricos dos autores Caldart (2004 e 2009), Rodrigues (2017), Bonfim (2017) e Moura (2009), objetivando alicerçar as contribuições dos autores supramencionados, que são imprescindíveis à compreensão da relevância dessa modalidade de educação para os sujeitos do campo.

Outrossim, consideramos esta uma luta legítima que marca o movimento em defesa de uma educação do campo, enquanto traços fundamentais que vêm desenhando a identidade do movimento por uma Educação do Campo. Para Caldart (2004, p. 10) a luta do povo do campo

pela implementação de políticas públicas que garantam o direito à educação, que privilegie uma educação “no campo e do campo”. Por educação “no campo”, o autor mencionado entende ser aquela na qual “o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive”. Já a educação “do povo”, é definida por ser uma educação onde se tem garantido “o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais”. (CALDART, 2004, p.10).

O artigo foi organizado em quatro tópicos: no primeiro trazemos uma apresentação do tema e contextualização do cenário da pesquisa. No tópico subsequente são apresentadas as discussões sobre a educação do campo; na sequência do escrito, no tópico três, trazemos as informações obtidas por meio da coleta de dados e, por fim, as considerações finais.

Consideramos oportuno tratar no tópico subsequente sobre a educação no contexto da Pandemia e das principais estratégias utilizadas pela comunidade escolar para seu enfrentamento.

EDUCAÇÃO EM TEMPOS DE PANDEMIA: ANALISANDO A ATUAL CONJUNTURA SOCIAL

O mundo foi surpreendido no final do ano de 2019 com a aparição do novo coronavírus (SARS-CoV-2) e, conseqüentemente, com a doença ocasionada por ele, a COVID-19. Surgido em território chinês, o vírus se propagou pelo mundo inteiro, instaurando uma situação de pandemia, com suas singularidades sem precedentes na história da humanidade. (COSTA *et al*, 2020). Para Zizek (2021), estamos vivendo tempos de incertezas. Tempo em que não podemos imaginar o que nos aguarda em termos de constituição do quadro social. Por isso, considera ser preciso ter cautela para analisarmos as conseqüências dessa pandemia em nosso universo social.

No Brasil, após ser decretado estado de pandemia, medidas de isolamento social foram adotadas na tentativa de redução do contágio da doença. Nesse período, o país passou por grandes transformações em diversos setores sociais. Na área da Educação também foram grandes os impactos da crise sanitária, pois as escolas foram fechadas e os alunos tiveram que acompanhar as aulas de dentro de suas casas. Assim, o Conselho Nacional de Educação (CNE), em 17 de março de 2020, emitiu uma nota de esclarecimento que orientava aos sistemas e redes de ensino quanto “às implicações da pandemia da COVID-19 no fluxo do calendário escolar.” (BRASIL, 2020).

Assim, a Educação teve que se reestruturar, tanto na tentativa de colaborar com as medidas legais e sociais estabelecidas, quanto para buscar minimizar a contaminação do

Coronavírus (COVID-19). Dessa forma, a educação e a escola tiveram que reorganizar o ato de ensinar e de utilizar as novas tecnologias e metodologias de ensino, para garantir a continuidade do processo de ensino e aprendizagem nesse período.

Diante desse contexto é importante ressaltar que os estados e municípios ficaram encarregados de prover assistência a população e construir suas próprias medidas de prevenção à doença e no dia 19 de março de 2020, no estado do Ceará, foi decretado oficialmente que as escolas deveriam ser fechadas e suas atividades letivas presenciais suspensas, a partir de então as instituições exerceriam suas atividades de maneira remota.

Audrey Azoulay (2020) diretora geral da UNESCO, enfatizou que “nunca havia presenciado um transtorno educativo de tal magnitude”. Segundo dados dessa organização, “87% da população estudantil mundial foi afetada pela suspensão das aulas” e em consonância com os decretos governamentais foi considerado como uma possibilidade para esse momento de crise o ensino remoto emergencial. (UNESCO, 2020, p.1).

A educação e a escola estão diante de um novo desafio que é o de oferecer ensino de forma remota, mediado pelas novas tecnologias. Dessa forma, cabe destacar que o ensino remoto ofertado durante a pandemia não compreende a modalidade de educação a distância (EAD), apesar das semelhanças relacionadas ao uso de tecnologia como meio para interação entre alunos e professores. Corroboramos com a perspectiva que atenta para o equívoco em igualar o ensino remoto ao ensino a distância, uma vez que estes resguardam especificidades características, estruturação pedagógica distintas, inclusive em legislações (COSTA, 2020; GROSSI, 2020).

Ensinar remotamente compreende potencialidades e desafios, através do uso da tecnologia e de plataformas de ensino, como os aplicativos como o *Meet*, *Zoom* ou as redes sociais. No entanto, cumpre indagar: quais são os novos/velhos desafios que se apresentam à Educação do Campo nesse contexto?

EDUCAÇÃO DO CAMPO: IMPASSES E POSSIBILIDADES NO CONTEXTO DA PANDEMIA

A Educação do Campo corresponde a uma modalidade de ensino que possibilita o direito ao acesso à educação para crianças, jovens e adultos que vivem no campo e que necessitam da garantia desse direito quanto aos que vivem na zona urbana, por esse motivo ela não deve ser vista somente como uma modalidade, mas também como uma política pública que assegura a população camponesa e reconhece a identidade de cada sujeito que compõe a mesma,

levando em consideração as suas experiências de vida, sua história, seus anseios e desejos sobre a vida. (RODRIGUES E BONFIM, 2017).

É importante destacar que a Educação do Campo despontou como “uma crítica ao modelo educacional brasileiro”, marcado ao longo da história por relegar a um segundo plano as políticas destinadas a esse segmento, dessa forma ela corresponde a uma tentativa de reparação histórica a toda defasagem e negligência existente no país desde os primórdios à população campesina (CALDART, 2009, p. 5). De acordo com Barros e Ferreira (2020, p. 3), “mais de 37 mil escolas no campo foram fechadas nos últimos 15 anos no país, muitas são as dificuldades para os estudantes das escolas rurais”.

Vale ressaltar, que as pessoas que residem em áreas rurais têm sua rotina voltada para atividades agrícolas e dedicam-se integralmente a esse trabalho, pois é daí que vem o sustento da família. Dessa forma, pais e responsáveis, em alguns casos, levam os filhos para que possam auxiliar nas atividades do campo, principalmente nas épocas de colheita e safra e por conta disso os filhos de agricultores acabam deixando de frequentar a escola. Sendo necessário destacar nesse ponto a importância da adequação dos calendários escolares a esses períodos e também a relevância de que a Escola do Campo trabalhe com um currículo significativo e flexível à realidade dos sujeitos, com professores que sejam conscientes das especificidades do (a) aluno (a) campesino (a) e que trabalhem em sala de aula de acordo com suas vivências, entende-se que esse também é um grande obstáculo que a escola do campo tem que enfrentar.

Ainda nessa perspectiva podemos destacar que existe sobre a educação do campo a omissão de investimentos advindo da compreensão de que o campo é inferior a cidade, reconhecendo tanto os sujeitos campesinos quanto sua cultura como inferiores. (CALDART, 2004).

Nesse contexto cabe salientar que segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – Lei nº 9.394/96 (LDB) na oferta da Educação Básica para a população rural deve existir adequações às especificidades da realidade de quem vive em zonas rurais, como também estão descritas no Decreto nº 7.352/2010 as diretrizes que devem ser estabelecidas na Educação do Campo. Sendo assim, pode-se afirmar que a Educação do Campo não se trata somente de uma proposta pedagógica, ela atua como uma crítica à educação que foi construída em um modelo unilateral e determinante, que não atende às necessidades da população campesina.

Denota-se que foi através de reivindicações e movimentos sociais que a Educação do Campo a partir da segunda metade do século XX passou a ser evidenciada, assim como a insurgência de movimentos que buscaram estabelecer uma educação do campo “inclusiva e autônoma” (TRAVESSINI, 2015, p. 29). Ademais, verifica-se que essa modalidade emergiu

em virtude das lutas sociais pela manutenção e resgate da cultura camponesa; um ensino de qualidade, pensado e contextualizado segundo as especificidades dos sujeitos do campo; reconhecimento, investimento e valorização da agricultura familiar; evidencição da reforma agrária para fortalecimento da luta pela terra e o alcance de seus direitos de expressão social, acesso à informação e liberdade.

É inegável o elo existente entre a Educação do Campo e as lutas sociais, ambas partem do mesmo pressuposto e buscam atingir o mesmo objetivo, que é conquistar o direito à educação, aliado às lutas pela terra, pelo trabalho e pela igualdade social, objetivando condições de uma vida justa e digna para os seres humanos, independente do lugar que pertençam. (CALDART, 2004).

RESULTADOS E DISCUSSÕES: EDUCAÇÃO DO CAMPO EM UM CENÁRIO DE ENSINO REMOTO EMERGENCIAL (ERE)

Os resultados obtidos por meio do estudo realizado com os professores integrantes da pesquisa, docentes que lecionam em escola do campo, foram descritos com nomes fictícios, no sentido de resguardar o anonimato dos sujeitos envolvidos. Assim, suas identidades serão identificadas por: Cactos, Flor de Mandacaru e Ipê.

O professor Cactos tem 49 anos de idade e atua na educação há 20 anos, sendo formado em Pedagogia e leciona as disciplinas de História e Geografia. A professora Flor de Mandacaru tem 57 anos de idade e está em sala de aula há 25 anos, atualmente leciona as disciplinas de Fundamentos da Arte, Produção Textual e Projeto de Vida da Família Camponesa (PVFC), sendo Pedagoga, Mestre em Educação e Doutora em Educação do Campo e Pedagogia da Alternância. Por fim, a professora Ipê que tem 35 anos de idade e é Engenheira Agrônoma e Pedagoga, Especialista em Agroecologia e Meio Ambiente e Mestranda em Educação e Ensino, está na educação há 3 anos e 4 meses e ministra a disciplina de Agroecologia atualmente.

No tocante ao aspecto dos desafios enfrentados, a professora Flor de Mandacaru relatou que uma das maiores dificuldades durante o processo de adequação do ensino remoto emergencial para atender as especificidades da educação do campo no atual contexto social e educacional foram as diferentes rotinas familiares, ela destaca que: “A condição diferenciada da rotina doméstica das famílias de educandos/as, somada a experiência pioneira e recente da Educação do Campo na região”.

Outro aspecto a ser destacado nesse âmbito foi o que o professor Cactos considerou, que mesmo não sendo em todas as disciplinas, algumas das atividades elaboradas para atender ao

ensino remoto emergencial (ERE) foram pensadas de acordo com as especificidades da realidade do sujeito do campo, fato que nos faz refletir acerca da relevância da adequação da educação do campo ao contexto local em que a escola encontra-se inserida. O professor ainda nos diz acerca dos desafios enfrentados, em suas palavras: “Ter uma metodologia baseada na realidade do campo e que atenda as demandas dos alunos e da comunidade.” O que se coaduna com o pensamento de Moura (2009, p.13) quando defende que “A educação deve buscar o fortalecimento da identidade do homem e do meio rural, partindo da preservação de seus valores e de sua cultura.” Assim, compreende-se que o desenvolvimento do próprio sujeito e consequentemente da sua comunidade está ligado diretamente à valorização de ambos, sujeito e lugar, fazendo-se necessária uma integração cultural, educacional e de saberes sociais como um todo, para enfrentar esse desafio da contextualização do ensino no campo.

Quanto ao aspecto referente a utilização da tecnologia para a socialização e continuidade do ensino na pandemia, o relato da professora Ipê, nos descreveu que a limitação digital nas áreas do campo tem sido um grande desafio nesse cenário de ensino remoto. Em suas palavras a professora declarou que:

“Os desafios estão associados às dificuldades da realidade em que vive o campo e que se aprofundou no atual contexto de pandemia e crise política. Tem-se a falta de acesso à internet de boa qualidade, pois a que existe tem muita variação de disponibilidade, seja em horários ou em dias. Falta de equipamentos adequados para as turmas acompanharem o ensino remoto. Maior empobrecimento do povo camponês, acarretando a necessidade de jovens saírem em busca de trabalho, inclusive em outros estados. Posicionamento da própria juventude de não querer o ensino remoto e sim o retorno presencial à escola, o que só pode ocorrer quando for possível garantir a segurança sanitária”.

Ao problematizarmos a fala da professora sobre essa questão específica do ensino na escola pública rural, reconhecemos que ela é historicamente marcada pela carência de materiais didáticos, de recursos tecnológicos e de comunicação. Anteriormente essa precariedade já era sentida, pois se sabe das possibilidades que esses recursos oferecem, apesar disso, os professores se reinventam e adequam novas metodologias para suprirem essa ausência. No entanto, com o ensino remoto emergencial ficou ainda mais difícil lidar com a escassez de recursos tecnológicos no campo. O que para Belusso e Pontarolo (2017, p. 4), esses recursos plataformas digitais, internet, tablets, dentre outro, auxiliam alunos e professores, e representam

“um manancial de informações e conhecimentos e possibilita o acesso a novas ideias, acervos, artigos científicos e de opinião, além de diversas novas formas de construção de ideologias e imaginário”.

Nessa perspectiva, levantamos um questionamento acerca das estratégias que são criadas para contemplar com as atividades escolares os estudantes que não possuem acesso às tecnologias – TICS para professora Ipê que nos relatou:

"As turmas estão realizando principalmente o Projeto de Vida da Família Camponesa e participando de entrevistas para ajudar na escrita. Algumas visitas às famílias foram realizadas durante o período da pandemia. Um jogo também foi elaborado por um educador e entregue às turmas, com acompanhamento e orientações por WhatsApp”.

Através dos relatos apresentados foi possível perceber a discrepância entre o que é direito do sujeito e o que é ofertado para ele. De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, em seu artigo terceiro, consta que deve existir igualdade de condições de acesso e permanência na escola, liberdade de aprender, pesquisar e divulgar a cultura (BRASIL, 1996). Esse questionamento é fundamental, pois se a educação é direito assegurado para todos, sejam eles residentes do campo ou da cidade, como acontecerá o ensino remoto no campo, visto a carência de recursos tecnológicos?

No que concerne às perspectivas futuras do trabalho docente pós-pandemia o relato dos professores foram unânimes ao fazerem referência às dificuldades enfrentadas e de como fora desgastante a realização da docência no atual contexto. Tais aspectos descortinam a realidade e evidenciam que as expectativas negativas relatadas por esses professores se dão por vários fatores, como: excessiva carga de trabalho em virtude da realização desse fazer docente, ou seja, necessidade de conciliar o espaço doméstico concomitante às outras tarefas da vida cotidiana; a falta de acesso e disponibilização das tecnologias; baixos índices de participação dos estudantes nas atividades propostas e um quadro de professores insuficiente em quantidade.

Com todos os percalços nesse processo de adequação das atividades e do trabalho pedagógico realizado na escola do campo para o Ensino Remoto Emergencial – ERE, percebemos que os docentes apesar do desgaste, principalmente psicológico, demonstram conhecimento sobre os aspectos norteadores da educação do campo, interesse em elaborar novas estratégias de ensino para atender a todos e empenho para perseverar na luta pela emancipação da escola camponesa.

Nesse contexto, essa pesquisa propiciou o debate acerca da realidade nas escolas do campo no ensino remoto emergencial, trazendo os relatos dos docentes que vivenciaram esse período e destacando a necessidade de discutir sobre a negação dos direitos do sujeito do campo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Frente ao que foi apresentado no escrito, nossas considerações não objetivam concluir a temática, mas evidenciar as dificuldades enfrentadas na escola do campo durante a pandemia da COVID-19 e suas principais causas. Julgamos que os velhos problemas perpassados nas escolas ainda persistem e se somam aos presentes no contexto da pandemia, acirrando mais ainda o quadro de desgaste material do espaço escolar.

Assim, torna-se fundamental a problematização da carência na disponibilidade de recursos financeiros e pedagógicos, do currículo descontextualizado e sem conexão com a cultura camponesa, do baixo número de professores nas escolas e das precárias condições de trabalho. Esses reveses são acarretados pela histórica negligência do Estado com a população do campo, o que impede a oferta de um ensino público de qualidade para esses sujeitos.

Trazemos em notas conclusivas mas que não encerram as discussões neste âmbito, alguns dos muitos desafios historicamente perpassados no âmbito da educação do campo, que em decorrência do atual cenário de excepcionalidade proveniente da Pandemia da COVID-19 acirrou ainda mais o quadro já agravado de descaso do poder público com a educação brasileira.

O balanço geral das consequências que se expressam nesse âmbito e que foram constatadas através dos relatos dos professores envolvidos na pesquisa foi a de que o número de participação dos alunos nas aulas foi limitado e ocasionou em uma baixa devolutiva de atividades, o que se deu principalmente por eles não terem acesso às tecnologias e isso é primordial nesse modelo de ensino remoto. Além disso, os alunos por conhecerem suas próprias realidades e saberem que não detêm dos equipamentos e uma internet de qualidade, se posicionaram contra o ensino remoto e a favor somente do ensino presencial, porém este só seria possível após o fim da crise sanitária.

Destacamos que apesar dos alunos não terem acesso às aulas e atividades, os professores realizaram outras metodologias de ensino, como a disciplina de Projeto de Vida da Família Camponesa, onde participavam de entrevistas para ajudar em sua escrita e também foram elaboradas apostilas e disponibilizadas fisicamente na escola.

As principais dificuldades percebidas referem-se ao período pandêmico, porém não podemos deixar de nos atentar a todo o histórico de relegação de políticas para o campo e notar que qualquer nova medida a ser implantada sofrerá com a ausência de recursos e planos para o meio rural.

Portanto, podemos destacar que os professores participantes da pesquisa não se acomodaram diante dos desafios diários e construíram novos caminhos para atender com qualidade o máximo de alunos possíveis, sendo conscientes da importância de um ensino contextualizado com a realidade camponesa e buscando melhores estratégias de ensino em meio as adversidades.

REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel Gonzalez. CALDART, Roseli Salete. MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.) Por uma educação do campo. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004.

BARROS, J. A.; FERREIRA, N. V. C. Educação Rural: ações pedagógicas e infâncias. Revista Exitus, Satarém/PA, v.10, p.01-31, 2020.

BELUSSO, A.; PONTAROLO, E. **Uma reflexão sobre tecnologia digital nas escolas do campo como possibilidade para o desenvolvimento dos territórios camponeses.** Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional, 2017.

BRASIL. Decreto no 7.352, de 4 de novembro de 2010. Dispõe sobre a política de educação do campo e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20072010/2010/decreto/d7352.htm. Acesso em: 06 set. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Nota de esclarecimento. Brasília, 18 de março de 2020. Disponível em: <http://consed.org.br/media/download/5e78b3190caee.pdf>. Acesso em: 25 ago. 2021.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diário Oficial da União. Poder Legislativo, Brasília, 23 dez.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 14 ago. 2021.

CALDART, Roseli Salete. **Educação do campo: notas para uma análise de percurso.** Trabalho, educação e saúde, v. 7, p. 35-64, 2009.

COSTA, Renata. Educação remota emergencial x EaD: desafios e oportunidades. 2020. Disponível em: <https://www.linkedin.com/pulse/educa%25C3%25A7%25C3%25A3o-remota-emergencial-x-ead-desafios-e-renata-costa>. Acesso em: 09 set. 2021.

COSTA, Isabelle Cristinne Pinto et al. Produção científica em periódicos Online sobre o novo coronavírus (COVID-19): pesquisa bibliométrica. Texto & Contexto-Enfermagem, v. 29, 2020.

GROSSI, Márcia Gorett Ribeiro. O ensino remoto é uma modalidade de educação? 2020. Disponível em: <https://avacefetmg.org.br/>. Acesso em: 08 set. 2021.

MOURA, E. A. de. Lugar, saber social e educação no campo: o caso da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Paim de Oliveira–Distrito de São Valentim, Santa Maria, RS. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, 2009.

RODRIGUES, Hanslilian Correia Cruz, and Hanslivian Correia Cruz BONFIM. “A educação do campo e seus aspectos legais.” XIII CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO – EDUCERE, IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE REPRESENTAÇÕES SOCIAIS, SUBJETIVIDADE E EDUCAÇÃO–SIRSSE E O VI SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE PROFISSIONALIZAÇÃO DOCENTE (SIPD/CÁTEDRA UNESCO). 2017. ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E CULTURA-UNESCO. A UNESCO reúne organizações internacionais, sociedade civil e parceiros do setor privado em uma ampla coalizão para garantir a #AprendizagemNuncaPara. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/unesco-reune-organizacoes-intercionais-sociedade-civil-e-parceiros-do-setor-privado-em-uma>. Acesso em: 07 set. 2021.

TRAVESSINI, Desideri Marx. Educação do Campo ou Educação Rural? Os conceitos e a prática a partir de São Miguel do Iguaçu, PR. Disponível em: <https://dspace.unila.edu.br/handle/123456789/383>. Acesso em: 10 set. 2021.

ŽIŽEK, Slavoj. Começar de novo. Por Slavoj Žižek. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2021/01/03/comecar-de-novo-por-slavoj-zizek/>. Acesso em 18 set. 2021.